

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: AINDA É UM TABU? ANÁLISE DOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS

ALCIONE JANUÁRIA TEIXEIRA DA SILVEIRA¹, AYRAM TREVENZOLLI DA SILVA², BRENDA MENCALHA DORNELAS DE ALBERGARIA SOUZA³

¹ Psicóloga, graduada pela Faculdade Unileste/MG, Mestre em Educação pela UFOP/MG, professora na Faculdade Univértix. E-mail: cionepsi@hotmail.com

² Acadêmico de Psicologia na Faculdade Univértix.

³ Acadêmica de Psicologia na Faculdade Univértix.

RESUMO

Desde a Lei 5692/1971, a educação passou a ser um processo global que visa à formação integral do educando, devendo incluir, portanto, a educação sexual, como parte do processo de formação e Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC), que consideram a sexualidade humana como um tema de suma importância para a formação dos alunos. A educação sexual é fundamental na formação do estudante, tanto no aspecto pessoal, como social. A escola deve contribuir para esta formação. Percebe-se que a dificuldade em trabalhar a educação sexual está relacionada à própria constituição histórica da sexualidade. Esse estudo teve como objetivo investigar a percepção dos professores em relação à educação sexual nas escolas, analisando o trabalho realizado sobre a educação sexual nas escolas municipais em um município do interior da Zona da Mata Mineira. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, e para coleta de dados, foi utilizado um questionário através da técnica bola de neve. Teve como critério de inclusão professores do ensino fundamental que trabalham mais de um ano na rede. Os resultados mostram que 84% das professoras consideram que sua formação inicial não ofereceu subsídios adequados para a tematização da sexualidade na escola. Há compressão de que a escola é um espaço em que as crianças manifestam relações diversas e se deparam com as diferenças, inclusive de gênero. Por isso a relevância de trabalhar a sexualidade no espaço escolar. A principal contribuição da escola e das equipes de formação é criar um espaço de reflexão sobre as diferentes formas de viver a sexualidade a partir do respeito às diferenças ao outro e a si mesmo.

Palavras-chave: Educação Sexual; Escolas; Gênero; Sexualidade.

SEXUAL EDUCATION IN SCHOOLS: IS IT STILL A TABOO? ANALYSIS OF CURRENT CHALLENGES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

Since Law 5692/1971, education has become a comprehensive process aimed at the holistic development of the learner, and it must include sexual education as a part of the educational process and National Curriculum Parameters (NCP), which consider human sexuality as a topic of utmost importance for students' development. Sexual education is essential in the student's formation, both on a personal and social level. The school should contribute to this formation. It is evident that the difficulty in addressing sexual education is related to the historical constitution of sexuality itself. This study aimed to investigate teachers' perception regarding sexual education in schools, analyzing the work carried out on sexual education in municipal schools in a municipality in the interior of Zona da Mata Mineira. The inclusion criteria were elementary school teachers with more than one year of experience in the system. The results show that 84% of the teachers believe that their initial training did not provide adequate resources for addressing sexuality in school. There is an understanding that the school is a space where children express various relationships and encounter differences, including gender differences. Hence, the importance of addressing sexuality in the school environment. The primary contribution of the school and training teams is to create a space for reflection on the different ways of experiencing sexuality with respect for differences in others and oneself.

Keywords: Gender; Schools; Sexuality; Sexual Education.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Zompero (2018), a educação sexual é fundamental na formação do estudante, tanto no aspecto pessoal, como social, e a escola deve contribuir para esta formação. Desta forma, entende-se que os conceitos relacionados à orientação sexual devem ir além da reprodução humana. Devem passar por conhecimentos que possibilitem aos alunos desenvolverem habilidades e valores éticos para tomar decisões saudáveis e respeitáveis sobre relacionamentos, sexo e conhecer o próprio corpo, assim como as formas de reprodução.

Nessa mesma perspectiva, Severo (2013) aponta que as conversas sobre temas de gênero e sexualidade são emergentes e não devem ser excluídas do processo de formação nas instituições de ensino. Porém, apesar da importância, não podemos ignorar as dificuldades na abordagem, especialmente em ambientes escolares, devido ao movimento conservador que progride no Brasil.

De tal modo, percebe-se que a dificuldade em trabalhar a educação sexual está relacionada à própria constituição histórica da sexualidade. As práticas higienistas, repressão da liberdade e, especialmente, a expressão sexual alinhada às crenças religiosas, caracterizaram o início da educação sexual no Brasil, valorizando as relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu (FIGUEIRÓ, 2010; LOURO, 2008).

Aprende-se que questões de sexualidade e gênero persistem como problemas educacionais. Discursos sobre sexualidade circulam fora das práticas não discursivas de poder e saber que restringem o que pode ser dito. Isso porque, historicamente, essas questões circulavam apesar dos esforços para controlá-las. As instituições e a moral devem ser protegidas da crítica pela estrita adesão a um padrão de normalidade. Não se pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar (FOUCAULT, 1996).

Estudos mostram que, embora existam documentos oficiais abordando assuntos de gênero e sexualidade, os professores, que são os principais responsáveis pela educação sexual nas escolas, não acessaram esses documentos ou receberam qualquer outra formação (NARDI; QUARTIERO, 2012; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015). O que, de forma mais ampla, impede que os professores reflitam sobre seu papel na educação emancipatória.

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) (OMS, 2019), a cada 1000 jovens brasileiras entre 15 e 19 anos, 63 engravidam. Esses números tornam-se ainda mais preocupantes, se levarmos em consideração o quantitativo de pessoas entre 15 e 29 anos, que é de 23% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Além disso mães adolescentes com idade entre 10 e 19 anos são mais

suscetíveis a desenvolver problemas como eclampsia, endometriose pós-parto e infecção generalizada (OMS, 2019).

Diante disso, a premissa para esse estudo foi que a educação sexual ainda é considerada um tabu, não tendo as escolas, um trabalho contínuo e educativo no que se refere à educação sexual.

Assim, busca-se compreender melhor o assunto, com base nas seguintes perguntas: o que é sexo? O que é sexualidade? Existe de fato um tabu em relação a esse assunto? Qual é o papel da escola na educação sexual? A educação sexual deve ser realizada por quais profissionais nas escolas?

Dessa forma, esse estudo teve como objetivo investigar a percepção dos professores em relação à educação sexual nas escolas, analisando o trabalho realizado sobre a educação sexual nas escolas municipais em um município do interior da Zona da Mata Mineira.

Trabalhos como esses são relevantes para dar visibilidade ao tema, assim como viabilizar políticas públicas efetivas no que se referem à educação sexual, considerando que o tema proporcionaria aos adolescentes conhecimentos acerca do próprio corpo, da sexualidade humana, seus riscos, condutas invasivas como a violência, infecções sexualmente transmissíveis (ITS), preconceitos e questões de gênero.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Foucault (1988) discutiu em seus escritos históricos e filosóficos, que o sexo não é algo "inerente ao ser humano", mas sim um produto que foi considerado a partir do século XVIII como a ciência do sexo, da sexualidade ou conhecida também como a *scientia sexualis*. A sexualidade tornou-se objeto de interesse científico e permitiu emergir em uma dimensão de observação, confissão e tratamento clínico denominada "sexualidade", ainda não havia sido produzido antes dos interesses médicos um campo da espécie humana determinada com tal nome. Para Foucault, o sexo é considerado algo que foi reprimido por muitos anos e não se trata de uma descoberta científica e sim de um fenômeno historicamente ultrapassado que atende a interesses sociais e políticos. Por meio desse campo chamado por sexualidade, os sujeitos podem ser monitorados pela vigilância e conhecimentos médicos. Segundo a OMS, sexualidade é:

Uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental” (OMS, 2001, p.165).

De acordo com a OMS (2001), a sexualidade está presente na vida do ser humano desde que nascemos, envolve o nosso corpo (parte biológica) e nosso psicológico (nosso cérebro), não se trata apenas da questão do sexo e da relação sexual, ela é mais abrangente e está ligada a expressão de afetividade e contribui para o bem-estar e a autoestima. Apesar do sexo não fazer parte apenas do período de adolescência, pesquisas realizadas no Brasil mostram que os pais relatam que o período que mais os preocupa é a puberdade, a transição da infância para a fase adulta, na qual ocorrem modificações no corpo da criança.

A descrição da fundamentação teórica apresentada nas ideias de Michel Foucault discute que o conceito de sexo não é inerente ao ser humano, mas sim um produto que foi considerado como ciência a partir do século XVIII. Essa visão contrapõe a ideia de que o sexo é uma descoberta científica, afirmando que na verdade é um fenômeno historicamente ultrapassado que atende a interesses sociais e políticos. Os trabalhos de Foucault são importantes referências para o entendimento do conceito de sexualidade e como ela se tornou objeto de interesse científico, eles enfatizam a relação entre poder, conhecimento e práticas sociais em relação à sexualidade. A definição da OMS sobre sexualidade é citada para apresentar uma perspectiva mais abrangente do conceito, afirmando que ela envolve não apenas questões de sexo e relação sexual, mas também afetividade, bem-estar e saúde física e mental.

Todavia, sabe-se que educar envolve aprender e compartilhar, são ações usadas como instrumento para conduzir conhecimento e contribuir com a construção dinâmica do sujeito; construir conceitos sobre o mundo, formalizando conhecimentos e critérios para o processo decisório das inúmeras questões referentes ao seu futuro; como também postura crítica para permitir a eles condições de organizar referências de valores e atitudes que juntas se tornam a integração pessoal (MORAN, MASETTO e BEHRENS, 2009).

Alguns autores ressaltam que a educação acontece em todas as instâncias das nossas vidas, em todos os ambientes, pois é onde ocorrem as relações sociais. Porém, as escolas devem ser um espaço protetivo e profícuo para as crianças e adolescentes, mesmo aquelas em contextos sociais de maior vulnerabilidade, pois são locais de convivência, tornando-se parte constituinte de subjetividade (JEGLÁS, FERRARI, 2003; MARTINS, SOUZA, 2013).

Desde a Lei 5692/1971, a educação passou a ser um processo global que visa à formação integral do educando, devendo incluir, portanto, a educação sexual, como parte do processo de formação e Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC), que consideram a sexualidade humana como um tema de suma importância para a formação dos alunos. De acordo com os PNCs, a proposta é que as escolas tratem a orientação sexual como algo fundamental na vida das pessoas, e, a sexualidade, como um elemento essencial da vida dos

indivíduos na sociedade. Tal proposta representou um grande avanço para começar a inserção da educação sexual nas escolas. Os PNCs mencionam que a escola reflita sobre seu currículo, assim como a necessidade da comunidade de acordo com sua realidade, diversificando as práticas pedagógicas e ampliando o leque de possibilidades para que a formação do educando seja mais completa (BRASIL, 2001).

Em 2006, foi criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), com o intuito de fomentar a inclusão, no currículo escolar, como também diminuir a discriminação e as violações de direitos, abordando temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, orientação sexual, entre outros (BRASIL, 2007).

Uma medida favorável para promoção de saúde é o conhecimento do próprio corpo e da sexualidade, a concretização desse direito se dá a partir das práticas socioeducativas principalmente da família e da escola, consequentemente os PNCs, no Volume 10, incluem a orientação sexual como assunto transversal. Este está dividido em três eixos, sendo o corpo humano como matriz da sexualidade, abordando questões relacionadas ao organismo, ao corpo e a assuntos relacionados e integrados a este, tais como, sentimentos, sensações, dimensões psicológicas, biológicas e sociais; o eixo das relações de gênero, trazendo discussões sobre sexo e gênero, construção das identidades masculina e feminina; e o eixo da prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (IST/Aids), abordando a importância de se sensibilizar os/as jovens sobre os diversos tipos de IST e principalmente, da Aids e dos seus mecanismos de prevenção (BRASIL, 1997b).

Segundo os PCNs, todas as questões trazidas pelos alunos devem ser trabalhadas de forma crítica, reflexiva e educativa nas escolas:

Cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa. Não é apenas em portas de banheiros, muros e paredes que se inscreve a sexualidade no espaço escolar; ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes, a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. Há também a presença clara da sexualidade dos adultos que atuam na escola. Pode-se notar, por exemplo, a grande inquietação e curiosidade que a gravidez de uma professora desperta nos alunos (BRASIL, 1997, p. 78).

Os PCNs são citados como referência para a abordagem da educação sexual nas escolas, destacando os três eixos em que ela deve ser trabalhada: o corpo humano como matriz da sexualidade, as relações de gênero e a prevenção às infecções sexualmente transmissíveis/síndrome da imunodeficiência adquirida (IST/Aids).

Conforme Leão (2009), temas transversais não constituem disciplinas novas, mas uma articulação entre todas as disciplinas, para abranger diferentes temas como: ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente, estudos econômicos, pluralidade cultural.

Segundo Tonelli (2004), os jovens têm direito ao acesso à informação e educação sobre saúde sexual e reprodutiva, bem como à aquisição de métodos e meios que os auxiliem a evitar gestações não planejadas e prevenir ISTs, respeitando sua liberdade de escolha. Nota-se que a educação sexual não deve partir de pressupostos sobre práticas sexuais certas ou erradas (FIGUEIRO, 2006; PAIVA, 2000).

A orientação sexual inclui o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relacionamentos, autoestima, emoções, imagem corporal e questões de gênero. Concentra-se nas dimensões física, social, psicológica e espiritual da sexualidade, por meio do desenvolvimento dos domínios cognitivo, emocional e comportamental, incluindo habilidades para comunicação eficaz e tomada de decisão responsável (SUPLICY, 2004).

Muitas vezes, os professores se sentem inseguros quando se trata de questões de sexualidade, apesar de reconhecerem que a educação sexual é uma importante parte do processo de aprendizagem (MELLO, 2005). Segundo o mesmo autor, a capacitação dos professores é essencial para emergir sobre os assuntos e situações sobre a sexualidade dentro de sala. Formar um profissional reflexivo é um dos caminhos para implementar mudanças na prática educativa.

Os psicólogos no contexto escolar seriam projetistas de planos educacionais junto dos professores, para trabalhar as questões da sexualidade, uma vez que “psicólogos são capacitados para planejar programas educacionais para crianças” (REGER, 1989, p.13). Nesse mesmo sentido, ainda de acordo com Reger (1989), à medida que psicólogos passaram a fazer parte das escolas públicas, questões que dizem respeito a sua função nesse contexto tornaram-se importantes.

Sendo o psicólogo atuante nos processos educacionais, sua atuação frente às questões de gênero e sexualidade tem o objetivo de trabalhar buscando entender as demandas da atualidade e o primeiro ponto a se superar, quando o assunto é sexualidade, é a ilusão da neutralidade. Os temas da sexualidade estão em disputa no contexto contemporâneo (EUTRÓPRIO, 2020).

A cartilha de Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na Educação Básica (CFP, 2019), aponta como uma possibilidade abordar com alunos em conselhos de classe, temas como adolescência, sexualidade, questões de gênero, direitos humanos, preconceito e discriminação, dentre outras temáticas a serem desenvolvidas.

A cartilha de Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica é citada como uma possibilidade de abordar temas relacionados à sexualidade com os alunos em

conselhos de classe, destacando a adolescência, questões de gênero, direitos humanos e preconceito. Outros autores são mencionados para abordar a importância da formação dos professores e dos psicólogos no contexto escolar para tratar das questões de sexualidade de forma reflexiva e educativa, eles ressaltam que é necessário superar a ideia de neutralidade quando se trata desses temas e que o trabalho do psicólogo nas escolas é fundamental para planejar programas educacionais e entender as demandas da atualidade.

3 METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que visa não só relacionar as variáveis de análise central, bem como apresentar bibliografias para embasar os estudos que possam servir de diretrizes para ações de transformação da realidade educacional (MINAYO, 2014). Marconi e Lakatos (2009) apresentam a pesquisa qualitativa como abordagem que tem classificação de diferentes tipos de dados. Ela tenta responder à pergunta, dando assim, as respostas para as questões levantadas.

Para coleta de dados, foi utilizado um questionário adaptado de Santos *et al.*, 2021. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido como a "técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc."

Trabalhou-se com a técnica bola de neve que, segundo Flick (2009), o pesquisador pede aos participantes referências de novos informantes que possuam as características desejadas. Inicialmente, o pesquisador especifica essas características que os membros da amostra deverão ter. Depois, identifica um grupo de pessoas congruentes aos dados necessários. Na sequência, apresenta a proposta do estudo e, após obter/registrar tais dados, solicita que o participante da pesquisa indique outra pessoa pertencente à mesma população-alvo. Assim, foi utilizada uma escola como semente inicial. A pesquisa foi realizada em escolas municipais em um município do interior, na Zona da Mata Mineira, no período de dois meses, após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisas.

A pesquisa em questão teve como critério de inclusão, professores que atuam na rede do ensino fundamental há mais de um ano. Como critério de exclusão, professores com menos de um ano no exercício profissional e professores que não estejam atuando no ensino fundamental. A pesquisa teve uma estimativa de respostas de, no mínimo, 10 professores.

A pesquisa foi realizada pela plataforma Survio, um sistema de pesquisa online para elaboração de questionários, coleta e análise de dados e compartilhamento dos resultados

(SURVIO, 2016). Ao receber o *link* de acesso ao questionário online, o professor convidado se deparou, inicialmente, com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a leitura do referido termo, o convidado tinha opção de participar ou não da pesquisa, bastava clicar no ícone que teria acesso ao questionário, confirmando seu interesse na participação. Foi recomendado ao participante imprimir o TCLE, o documento eletrônico e guardá-lo em seus arquivos, como comprovante de seu consentimento e dos termos descritos, ou fazer *download* em PDF.

Para análise dos dados, foi realizada análise de conteúdo. Segundo Bardin (2001) consiste em identificar no texto os núcleos de sentido e organizá-los, realizar tratamento dos resultados, inferência e interpretação em que, ao se descobrir o significado da regularidade, as informações serão analisadas, sendo possível realizar interpretações inferências, críticas e reflexões.

A pesquisa em questão implicou riscos nas dimensões física, psíquica, moral, intelectual, emocional, social, cultural ou espiritual do ser humano, entre outros. Sendo assim, tomaram os cuidados necessários para evitar maiores riscos e/ou desconforto, e assim, impedir a ocorrência de danos. Todo o processo de elaboração da presente pesquisa, bem como a condução da abordagem aos participantes de pesquisa, os processos de consentimento, coleta e análise dos dados foram desenvolvidos com base na Resolução 466/12 (BRASIL, 2012).

Espera-se, com esta pesquisa, subsidiar debates acerca da educação sexual, mobilizar um debate nacional tendo como principais aliados materiais educativos e com a criação e extensão de programas de educação sexual em todo o país, para que sejam formados professores, que os pais sejam conscientizados e que a escola seja um lugar mais preparado para os alunos (GADOTTI, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É preciso que a sociedade reconheça a importância da educação sexual nas escolas e cobre ações que visem a melhoria na formação dos professores, bem como a implementação de políticas públicas que garantam uma educação sexual inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. Paiva (2000) menciona que a principal contribuição da escola e das equipes de formação é criar um espaço de reflexão sobre as diferentes formas de viver a sexualidade a partir do respeito às diferenças, ao outro e a si mesmo, o propósito não é dar respostas, mas sim, facilitar e estimular o debate sobre o tema.

Participaram da pesquisa 25 professores, dentre estas a maioria do sexo feminino (88%), diante disso, iremos analisar os dados da pesquisa utilizando o pronome feminino (TABELA 1).

Tabela 1: Caracterização da população do estudo

Variável	N	%
Gênero		
Feminino	22	88
Masculino	3	12
Há quanto tempo leciona?		
02 a 10 anos	4	16
11 a 20 anos	7	28
21 a 30 anos	13	52
31 a 40 anos	1	4
Ano escolar que leciona?		
Ensino infantil	6	24
Ensino fundamental	17	68
Ensino médio	2	8
Em relação à formação continuada, sua escola, ou rede de ensino na qual está inserido, oferece formações voltadas à temática da sexualidade?		
Sim	7	28
Não	15	60
Raramente	3	12
Considera que sua formação inicial lhe ofereceu subsídios adequados para a tematização da sexualidade na escola?		
Sim	4	16
Não	21	84

Fonte: Elaborado pelos autores

Quando questionadas sobre a educação sexual ser responsabilidade da escola, 80% das professoras responderam que esta deveria ser uma atribuição da escola. No entanto, 52% referiram que raramente o tema educação sexual é trabalhado na escola em que lecionam e 20% mencionaram que o tema nunca é abordado na escola em que lecionam. Esse cenário de respostas revela que as professoras estão trabalhando na contramão do que disseram acreditar.

Pode-se considerar o fator tempo de trabalho para justificar as respostas apresentadas, a maioria das professoras lecionam por um período de 21 a 30 anos, conforme demonstrado na tabela, esta dificuldade com a temática está presente há décadas.

Embora professoras capacitadas sejam essenciais para o trabalho de educação sexual, estudos têm mostrado o despreparo das professoras diante do tema. Não se deve esquecer que existe um número considerável de professoras que, devido a não capacitação, não estão aptas para lidar com questões sobre o assunto dentro de sala. Outro ponto relevante é não se atualizarem às aceleradas mudanças socioculturais e comportamentais que contrapõe valores tradicionais e influenciam consideravelmente as gerações mais novas (BOMFIM, 2009).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), a formação adequada das educadoras é essencial para tratar da sexualidade com crianças e jovens de maneira profissional e consciente. Isso envolve lidar com as próprias dificuldades, buscar conhecimento teórico, participar de discussões e contar com apoio especializado. A formação contínua permite a reflexão sobre os valores e preconceitos das educadoras, reconhecendo tanto seus valores individuais quanto a legitimidade de diferentes valores e comportamentos. É fundamental que as professoras transmitam valores democráticos e pluralistas, valorizando a igualdade de gênero, o respeito às opiniões individuais e a não discriminação.

Na opção de descreverem sobre a pergunta de educação sexual fazer parte das responsabilidades da escola, 20% responderam nunca e disseram que a educação sexual deveria começar em casa, que é um assunto que cabe à família e não a escola. 24% das professoras, disseram ser uma parceria da escola, família e outras instituições sociais para fazerem parte da formação do cidadão. 12% disseram não ser responsabilidade da escola, mas acreditam que faz parte da educação como um todo e deve ser trabalhado na escola, considerando que assim, as alunas terão acesso às informações corretas. 16% das professoras acreditam que a escola poderia dar um direcionamento mais confiável e efetivo, que a escola é o lugar do conhecimento, uma instituição do saber. 16% disseram ser uma responsabilidade da escola, uma vez que os pais, na maioria das vezes, não o fazem:

A escola é um espaço em que as crianças manifestam relações diversas e se depara com as diferenças, inclusive de gênero. Por isso a relevância de trabalhar a sexualidade no espaço escolar (PROFESSORA 1, 2023).

A escola muitas vezes é a única fonte de informação direta de muitas crianças e adolescentes, quando o trabalho de informação, esclarecimento de dúvidas e conscientização contra perigos e abusos é feito pela escola, a resposta é bem mais eficaz, eles criam uma consciência clara do assunto (PROFESSORA 2, 2023).

Diferentes estudos demonstram que, devido à ausência de preparo dos pais e profissionais da educação, ou ainda por tabus e preconceitos que necessitam ser combatidos, a sexualidade tem sido pouco discutida nos âmbitos familiar e escolar (CAMARGO, FERRARI, 2009; HOFFMANN, 2009).

Mais da metade dos professores, (60%), disse não para oferta de formação continuada na escola ou rede de ensino a qual estão inseridas, em relação à temática da sexualidade. Destas, 4% responderam que participam de palestras esporádicas e 4% disseram que a formação acontece de acordo com o planejamento e surgimento de dúvidas. Ainda, no que dizem respeito à formação, 84% das professoras consideram que sua formação inicial não ofereceu subsídios adequados para a tematização da sexualidade na escola.

No campo das políticas públicas, assim como destacam Oliveira Junior e Maio (2017), ocorre um “desagendamento” das temáticas relacionadas à sexualidade.

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual (BRASIL, 2000, p.123).

Destaca-se, ainda, a Rede Nacional de Formação Continuada de Professoras instituída pelo Ministério da Educação (MEC) e coordenada pela Secretaria de Educação Básica (SEB) que tem como objetivo, contribuir para a melhoria da formação das professoras e a qualidade do ensino e da aprendizagem das alunas. A formação continuada deve ser uma obrigação nas escolas e os cursos de graduação devem oferecer essa formação (BRASIL, 2004).

No que se refere à frequência do tema educação sexual ser trabalhado nas escolas, 4% das professoras responderam que o trabalho é realizado em projetos ou campanhas em um determinado período do ano. Uma professora enfatizou sua resposta dizendo:

Apesar de trabalhar com crianças bem pequenas, trabalhamos bastante dentro da perspectiva e entendimento da idade deles, sobre respeito ao corpo, diferenças entre meninos e meninas, conversamos muito sobre a prevenção de abusos e assédio, de forma lúdica, com histórias, músicas com gestos, para que entendam o que é proibido às outras pessoas, especialmente estranhos fazerem com eles (PROFESSORA 1, 2023).

A escola é um local propício para pensar em intervenções que busquem diminuir as desigualdades em saúde existentes no país. Como também há necessidade do desenvolvimento de estratégias que proporcionem abordar a informação e promover a reflexão, oportunizando que crianças e adolescentes manifestem suas vivências, ideias e sentimentos sobre o assunto, exercendo assim uma prática transformadora, com oportunidades de mudança na vida, na

condição que essa pessoa se encontra, no comportamento e nas atitudes que reduzam riscos (JEGLÁS, FERRARI, 2003; MARTINS, SOUZA, 2013).

Outra questão da pesquisa foi sobre as várias formas e métodos de ensino no ambiente escolar quando o assunto é sexualidade. Assim, foi perguntado as docentes, qual a melhor forma de ensinar sobre o tema e qual é a idade adequada para iniciar o assunto. Entre as diversas respostas apresentadas, enfatizamos três professoras que optaram por não responder e três que se esquivaram dizendo nunca ter abordado o tema nas turmas lecionadas. As outras dezenove professoras relataram ser um tema bastante complexo para lidar no ambiente escolar, no entanto, destacaram sobre o cuidado na forma de abordagem, o respeito com o ano de escolaridade, aumentando as informações gradativamente, respeito com o desenvolvimento cronológico e maturacional das alunas e o uso de linguagem apropriada para a idade. Disseram que o tema deve ser planejado, que deve ser trabalhado com diálogo, palestras e que deve ser abordado de forma natural, clara e objetiva.

Observa-se que, ao referir à idade para trabalhar o tema educação sexual, que não existe um consenso, diversificando as respostas entre quatorze anos, nove anos, a partir do interesse do aluno, quando as meninas começam a menstruar, no entanto, em sua maioria, concordam que o tema deve ser abordado em todas as idades.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), um trabalho efetivo de orientação sexual depende da confiança estabelecida entre alunas e professoras. As educadoras devem estar abertas para abordar os temas propostos de forma clara. É crucial fornecer informações corretas e esclarecer as dúvidas das alunas, visando seu bem-estar, consciência corporal, autoestima e prevenção de doenças e abuso sexual. A escola deve abordar e discutir tabus, preconceitos e crenças presentes na sociedade, buscando imparcialidade, evitando a influência das opiniões pessoais das professoras. As educadoras devem estar atentas às diferentes formas de expressão das alunas, pois brincadeiras, paródias ou apelidos relacionados à sexualidade podem indicar a necessidade de discussão e compreensão de certos temas. Quando se trata de brincadeiras envolvendo sexualidade, é crucial enfatizar o consentimento e a aprovação mútua, além de conscientizar sobre os riscos do abuso sexual. A sexualidade envolve pessoas, sentimentos, crenças, valores e contextos socioculturais e históricos, que influenciam seus comportamentos. É essencial que as educadoras atuem como facilitadoras e orientadoras nos debates, ajudando as adolescentes a refletirem e tomarem decisões alinhadas com seus próprios valores, considerando sua sexualidade, o respeito ao próximo e a diversidade presente na sociedade.

Indaga-se às professoras quais são as maiores dificuldades em aplicar a temática de educação sexual na sala de aula e se existe de fato, um tabu em relação a esse tema. Cinco professoras disseram não trabalhar o tema. Duas disseram não ter receio e ou dificuldade. As outras respostas se diversificaram em ser um assunto complicado, polêmico. Seis professoras “culpam” a família, justificando que não gostam. Disseram ser difícil ainda pela idade, religião, sociedade em geral, distorção de falas, tabus e problema de atingir um grau de “intimidade/confiança” com as adolescentes a ponto de promover a educação sexual. Ainda disseram:

Nos anos iniciais esse tema é complicado para o professor está abordando, tem que ser feito por um profissional no assunto. (PROFESSORA 3, 2023).

Nem seria tabu, e sim resistência do sistema e dos familiares dos discentes. (PROFESSORA 4, 2023).

É um tema delicado e teria que ter uma preparação para desenvolvê-lo ou até mesmo um material voltado pra este assunto e na maioria das vezes as escolas não oferecem este suporte. (PROFESSORA 5, 2023).

Como trabalho com maternal, raramente tem tabus ou preconceitos, as crianças são curiosas, participativas, dá pra adaptar bem os assuntos. (PROFESSORA 6, 2023).

Com certeza. É preciso um bom planejamento e o apoio de toda equipe pedagógica. (PROFESSORA 7, 2023).

Ainda existe tabu, mas não como antigamente. O tema é muito abrangente e a criança precisa entender seu corpo, para se aprimorar dele. É importante que haja um planejamento e um consenso, visto que muitos se posicionam contra esse tipo de educação. (PROFESSORA 8, 2023).

A orientação sexual trata-se de uma temática muito associada a preconceitos, tabus, crenças ou valores singulares, porém contribui para prevenção de problemas graves como o abuso sexual, gravidez indesejada na adolescência e prostituição infantil (MEC/SEF, 1997c, p. 73).

Questionadas sobre qual seria o objetivo da educação sexual na escola, a maioria das respostas perpassa em palavras como instruir os jovens como agir, preparar a aluna para a vida, orientar, conscientizar, informar da forma correta, prevenção, cuidado, amor, esclarecimentos:

Para conhecimento, para evitar que aprendam de forma incorreta e para a própria autodefesa em casos de necessidade (PROFESSORA 1, 2023).

Informar, ensinar, esclarecer e alertar sobre perigos, doenças, gravidez indesejável e abusos em geral, bem como desmistificação de tabus e preconceitos (PROFESSORA 2, 2023).

Ensinar para vida, quebrar tabus, fornecer informações de modo que os educandos possam fazer escolhas, sabendo de suas responsabilidades, riscos e até mesmo o prazer no devido tempo (PROFESSORA 10, 2023).

Contribuir para que o aluno tenha informações seguras, construa conceitos sólidos sobre o tema (PROFESSORA 11, 2023).

Conscientizar sobre o que pode e não pode ser feito pelas crianças na vivência da sua sexualidade (PROFESSORA 12, 2023).

No entanto, algumas respostas nos chamaram atenção:

O objetivo principal é promover a conscientização dos jovens e adolescentes. Mas muitas famílias não iriam entender essa abordagem do assunto. Acho muito complicado essa situação (PROFESSORA 3, 2023).

Eu não concordo que este assunto deva ser parte da escola (PROFESSORA 4, 2023).

Ensinar que o corpo dele é templo que deve ser conservado até a maturidade (PROFESSORA 13, 2023).

Ensinar o básico porque isso é função da família. (PROFESSORA 14, 2023).

A família e a escola devem andar juntas, são corresponsáveis para a formação do indivíduo, a escola deve ser o alvo promissor das ações, na qual a própria instituição tem o dever por formar um cidadão dentro daquela estrutura, proporcionando uma educação sexual emancipatória que pressupõe o desenvolvimento de ações educativas, com a finalidade de promover a autonomia, buscando superar padrões de comportamentos hierarquizados e estereotipados, superando preconceitos e tabus. Porém, nota-se que, nem a escola e nem a professora cumprem o seu papel por completo diante das atribuições estabelecidas, a família acaba sendo a única responsável (GARCIA, 2005).

Questionamos, ao final, se as professoras acreditam que a inserção de psicólogos pode contribuir para o trabalho de educação sexual nas escolas. Uma professora respondeu talvez e uma disse que não faz diferença. Todas as outras disseram sim e em quatro respostas, enfatizaram, sim, muito. As respostas se destacam, a saber:

Sim, visto que os psicólogos fazem um acompanhamento importante para o desenvolvimento cognitivo das crianças com métodos específicos nessa área (PROFESSORA 14, 2023).

Sim, psicólogos estão mais preparados para a abordagem do tema principalmente com adolescentes (PROFESSORA 15, 2023).

Sim. Pode contribuir na sua formação, ajudando na sua autonomia para eleger seus valores e saber tomar decisões (PROFESSORA 16, 2023).

Sim. Muito. São profissionais preparados para lidar com o assunto (PROFESSORA 9, 2023).

Sim, com certeza, devido ao preparo que possuem para abordar cada assunto de um modo bem específico para cada público, sem o peso do conteudismo que recai sobre nós professores (PROFESSORA 10, 2023).

Sim. Através das qualificações que eles possuem e que os demais agentes da Escola carecem de uma melhor qualificação e formação (PROFESSORA 16, 2023).

Sim, até na orientação dos professores (PROFESSORA 17, 2023).

Muito. O psicólogo entra como elo que liga o aprendizado, o ensino, o conhecimento prévio dos alunos à sua realidade atual (PROFESSORA 2, 2023).

Muito. De forma especializada, focada, direcionada e abrangente (PROFESSORA 18, 2023).

Com toda certeza, pois uma ajuda desse nível daria ao aluno muito mais compreensão do assunto (PROFESSORA 19, 2023).

Um grande aliado do fortalecimento de identidades é a psicologia, sobretudo quando utilizada na desconstrução de ideais, mitos, tabus, preconceitos na educação. A psicologia sensibiliza e os leva a refletir sobre papéis sociais impostos pela sociedade a homens e mulheres, também, favorece a aceitação e a valorização dos mesmos, quando a sociedade os rotula anormais por irem de encontro às normas determinadas quando se trata da sua sexualidade (BATISTA, 2012).

Além disso, devemos destacar a importância da psicologia na desconstrução de ideais e estereótipos na educação. Essa compreensão e reflexão sobre os papéis sociais impostos pela sociedade são fundamentais para que as pessoas possam se libertar de preconceitos e vivenciar uma identidade mais autêntica. Ao desconstruir essas ideias preconcebidas, a psicologia também favorece a aceitação e valorização dos indivíduos que não se enquadram nas normas determinadas. Isso é especialmente relevante quando se trata da diversidade sexual, pois a sociedade muitas vezes rotula essas pessoas como anormais ou desviantes. Portanto, a psicologia desempenha um papel essencial no fortalecimento das identidades individuais e na promoção de uma sociedade mais inclusiva e livre de preconceitos. Ao sensibilizar as pessoas e levá-las a refletir sobre os padrões sociais e a valorizar a diversidade, a psicologia contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que há grandes desafios na implementação da educação sexual nas escolas. Apesar das professoras reconhecerem a importância, poucas professoras trabalham o tema,

tendo como a maior problemática o fato dessas docentes não saberem como introduzir/lidar e não terem tido uma formação adequada para trabalhar a tematização na sala de aula.

A premissa de que a educação sexual ainda é considerada um tabu, não tendo, nas escolas, um trabalho contínuo e educativo no que se refere à educação sexual, foi confirmada. Assim sendo, torna-se essencial pesquisas como essa, a fim de dar visibilidade ao tema e proposição de políticas públicas como investimento em formação contínua para as docentes, conscientização da importância de trabalhar o tema, tanto para as profissionais, como para as famílias. Ainda, reforçar a necessidade da inserção e atuação da psicologia nas escolas, no intuito de ser aliada para planejamento de projetos e promoção de saúde e bem-estar.

A escola tem o poder de transformar padrões discriminatórios, agregar valores, conceitos, promover cultura de prevenção em todos os aspectos e evitar que as crianças e adolescentes busquem respostas de maneira equivocada em conteúdos imprecisos e preconceituosos. Espera-se que em breve, o tema da educação sexual seja trabalhado nas escolas de maneira efetiva, levando informações corretas e não sendo considerado um tabu.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATISTA, Ana Cristina. **Sexualidade e currículo escolar**: Um diálogo a partir da legislação. VI Colóquio Internacional. Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão: Setembro, 2002.

BOMFIM, S. S. **Orientação sexual na escola**: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão. Monografia (Pedagogia), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 42-A, de 2007**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=340061>. Acesso em: 21 de dez. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico Aids e DST**. Brasília: Ministério da Saúde. 64p. 2016.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 11 de out. de 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília:

MEC, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Orientação sexual**. Volume 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **LEI Nº 5.692**, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 12 de dez. de 2022.

CAMARGO, Elisana Ágatha Iakmiu & Ferrari, Arthur. Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 14(3), 937-946. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica / Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2013.

EUTRÓPIO, Anna Cláudia. **Psicodrama e sexualidade: entre a teoria e a militância**. UFMG. Belo Horizonte, 2019.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13ª edição; Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos, teoria, prática e proposta**. 12ª Ed. São Paulo, SP. Brasil; 2011.

GARCIA, A. M. **Orientação Sexual na Escola: Como os professores, alunos e pais percebem a sexualidade e o papel da escola na orientação sexual**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Maria de Jesus Moura, VASCONCELOS, Ana Glória Fernandes, LOBO, Francisca Neuma Soares, *et al.* Sexualidade e pessoa com deficiência. **Rev. Eletr. Enf.**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 224-227, dez. 2005.

HOFFMAN, Ana Cristina. A atuação do profissional da enfermagem na socialização de conhecimentos sobre sexualidade na adolescência. **Revista Saúde Pública**, 2009.

JEOLÁS, Leila Sollberger; FERRARI, Arthur (2003). Oficinas Camargo & Ferrari, Rosângela Aparecida Pimenta - Prevenção de um serviço de saúde para Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes adolescentes: espaço de reflexão e de conhecimento e após a participação em oficinas de prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, 8(2), 611- 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista**

Proposições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MELO, Sônia Maria Martins; Uma contribuição à formação de educadores: a inserção curricular da disciplina Educação e Sexualidade no curso de Pedagogia, modalidade à distância, no CEAD/UDESC. **Sexualidade, cultura e educação sexual**: propostas para reflexão. São Paulo: Cultura Acadêmica; Araraquara: Laboratório Editorial FCL – UNESP, 2006. p. 197-210.

MELO, A. S. A.; SANTANA, J. S. Sexualidade: concepções, valores e conduta entre universitários de Biologia da UEFS. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 29, n. 2, p. 149-159, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisas qualitativas em saúde. São Paulo (SP): Hucitec, 2014.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, p.12-17, 2009.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, 2012.

PAIVA, Verá. **Fazendo arte com camisinha**: sexualidades jovens em tempo de Aids. São Paulo: Summus. 2000.

REGER, R. Psicólogo escolar: educador ou clínico? Em: Patto, M.H.S. (Org.). **Introdução à Psicologia Escolar** (pp. 9-16). São Paulo: T. A. Queiroz. 1989.

ROMANO, A. *et al.* Centro Universitário Unabetim Instituto De Ciências Humanas Curso De Pedagogia. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/>. Acesso em: 21 de dez. de 2022.

SANTOS et al.,. **Educação sexual no ambiente escolar**. 2021. Monografia. UNA / Betim. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/bfa410b3-95a5-4225-9c5b-9ed15e712b91/full>. Acesso em: 21 de dez. de 2022.

SODELLI, Fernanda. **Cartilha De Orientação Sobre Sexualidade E Deficiência Intelectual**; Instituto Mara Gabrili; 2013. Disponível em: http://feapaesp.org.br/material_download/321_Cartilha%20-%20Sexualidade.pdf. Acesso em: 21 de dez. de 2022.

SUPLICY, Marta. **Sexo se aprende na escola**. 3. ed. São Paulo: 120 p - Olho d'Água, 2000. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/sms-9712>. Acesso em 12 de dez. de 2022.

TONELLI, Maria José; Direitos sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre a adolescência. **Revista Psicologia & Sociedade**, 16(1), 151- 160, 2004. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/anais/pdf/direito_e_sexualidade/2-04.pdf>. Acesso em: 21 de dez. de 2022.

2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual health [Internet]**. Genebra: WHO; 2017
Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en/ [acesso em 24 set. 2022].

ZOMPERO AF, *et al.* A temática sexualidade nas propostas Curriculares no Brasil. **Revista Ciências & Ideias**, 9(1):101-114; 2018.